

ISSN 1516-4551
e-ISSN 2447-8709

REVISTA
da Faculdade de
DIREITO
do Sul de Minas

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Sul de Minas

Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Faculdade de Direito
do Sul de Minas. Programa de Pós-Graduação em Direito –
Pouso Alegre, MG, v. 40, n. 1 (jan./jun. 2024)

Semestral 2008

ISSN 1516-4551

Anual 1984-2007 – Resumo em Português e Inglês.

1. Direito – Periódicos. I Faculdade de Direito do Sul de Minas.
Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Direito.

CDD 340.05

EDITORIAL

CONHECIMENTO CIENTÍFICO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA

A presente edição de número 40 (1) traz 17 contribuições importantes, de pesquisadores que se inserem nas mais variadas áreas do conhecimento jurídico, cujos textos estabelecem conexões com a democracia e com o constitucionalismo de forma crítica e que oportunizam uma construção do conhecimento científico no âmbito do direito.

Após o difícil momento que passamos durante a crise sanitária da COVID-19, o maior aprendizado que podemos tirar é que o conhecimento científico deve ser compartilhado. A ciência salva vidas e permite uma mudança de perspectiva necessária nos dias atuais.

Em diversas obras literárias, até mesmo naquelas distópicas, o grande inimigo da arbitrariedade e do abuso é o conhecimento. Neste aspecto, Aldous Huxley em sua emblemática obra Admirável Mundo Novo, escreveu: “Conhecimento não é aquilo que você sabe, mas o que você faz com aquilo que você sabe”. Assim, ponderamos que além da importância das pesquisas científicas *per se*, igualmente relevante é o trabalho de divulgação do conhecimento produzido dentro da academia para a sociedade.

A academia não pode ser um local isolado, em que não conversa com os problemas sociais e discute possibilidade de mudança, mas deve ser um local de construção crítica e comprometida do conhecimento. Nesse sentido, é que a Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas publica mais um número, com o objetivo de publicizar importantes trabalhos no âmbito do direito, que perpassam desde discussões sobre hermenêutica constitucional a questões concernentes ao âmbito do direito tributário e do direito do trabalho.

No primeiro texto da edição, os autores de **A crítica hermenêutica ao positivismo: uma análise do caso Francischini** problematizam o atual paradigma jurídico da discricionariedade judicial no Brasil, a partir de uma análise da decisão monocrática do STF (TPA nº 39/22- DF), trazendo reflexões acerca do positivismo no Brasil com embasamento na Crítica Hermenêutica do Direito, relacionando-se intrinsecamente com as questões do constitucionalismo contemporâneo.

No artigo **A mudança de paradigma do direito tributário frente à influência da OCDE: impactos da era digital**, os autores trouxeram uma problematização sobre o como o Sistema Tributário brasileiro sofre uma mudança de paradigma devido à influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e às mudanças tecnológicas.

Para uma nova perspectiva sobre o que entendemos a respeito da democracia, o artigo **Democracia, subjetividade política e eleições na reflexão filosófica de Slavoj**

Žižek remonta as ideias do pensador esloveno, objetivando a elucidação da fase inicial do pensamento do filósofo.

O artigo **Hermenêutica constitucional e omissões normativas** investiga tanto a mudança de postura interpretativa, como o potencial do Judiciário em contribuir com a efetividade das normas constitucionais no contexto de expansão que vem passando no século XXI.

Sabe-se que o Constitucionalismo aborda temáticas muito abrangentes, como é o caso do Direito do Trabalho que possui ampla fundamentação constitucional quando falamos em direitos sociais, nesse sentido, o artigo **(In)aplicabilidade do princípio da função social ao contrato de trabalho: uma perspectiva a partir da doutrina e da jurisprudência** que visa correlacionar o contrato de trabalho e o princípio da função social.

No artigo **Intervenção do Estado no domínio econômico: relato histórico sobre o preço mínimo do café no Brasil** os autores objetivam destacar a intervenção estatal por meio do preço mínimo (espécie) do café no Brasil a partir de um resgate histórico.

Muito se aborda no âmbito jurídico a problemática da função social das empresas, e o artigo **Justiça restaurativa e o papel do Estado** apresenta uma perspectiva que busca debater o que seria a Justiça Restaurativa e sua relação com o papel do Estado.

O artigo **Legal pragmatism as a guide to new perspectives on the application of law** realizou uma análise do pragmatismo jurídico à luz da filosofia do direito, refletindo sobre a aplicação no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente em relação as alterações na LINDB (Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro).

O artigo **Legislation's permissiveness and the creation of brazilian political parties (1979-2018)** avalia a alta fragmentação do sistema partidário brasileiro e para, isso, utiliza duas abordagens a fim de analisar a permissividade da legislação, primeiramente a partir da legislação eleitoral e após a partir da legislação partidária específica.

Em uma análise voltada à Teoria Feminista do Direito, o artigo **Machismo estrutural no judiciário brasileiro: uma análise crítica sobre a violação de direitos de mulheres perante demandas judiciais em que são vítimas de crimes** traça considerações sobre práticas e posturas que configuram tratamento desumano e degradante conferido às mulheres perante demandas judiciais em que são vítimas de crimes e sua possível inter-relação com o machismo estrutural.

Durante a pandemia da COVID-19, diversas foram as discussões a respeito dos direitos fundamentais, neste aspecto o artigo **Moradia vs. propriedade: a ADPF 828/DF e a proteção contramajoritária em tempos de pandemia à luz da proporcionalidade** realizou um estudo acerca da colisão de direitos fundamentais ocorrida entre os direitos fundamentais à moradia e de propriedade no cenário da crise sanitária da COVID-19 e dos efeitos do lockdown.

O artigo **“Nosso Norte é o nosso Sul”: o constitucionalismo latino-americano a partir do pensamento decolonial**, analisa como o pensamento decolonial representa uma possibilidade de ressignificação do constitucionalismo na América Latina a partir do novo constitucionalismo latino-americano.

Em sequência, no artigo **O fundamento do sistema jurídico a partir da retórica da imanência**, os autores abordam a dicotomia entre a ideia de transcendência, que, por muito tempo, esteve associada à bandeira do jusnaturalismo, e a ideia de imanência, associada ao juspositivismo e a outras áreas do saber científico, como a biologia e a sociologia.

O artigo **O liberalismo político e o direito das famílias** analisa o liberalismo político aplicado ao Direito das Famílias, ressaltando a importância que a família detém no cenário social, por se tratar do ambiente no qual o indivíduo exerce a sua personalidade e os seus ideais, através da autonomia da vontade, partindo dos estudos filosóficos sobre liberdade, como Kant, Dworkin e Rawls.

Em uma pesquisa regionalizada, o artigo **Planejamento urbano e áreas de risco: conceitos e abordagens legais em Minas Gerais** objetiva discutir a interação entre planejamento urbano e riscos de desastres naturais, via ações da Defesa Civil, tomando como base a Lei Federal 12.608/2012, a Lei Estadual 20.009/12 e suas regulamentações.

Por fim, o artigo **Saúde pública no Brasil: inconformidade do SUS constitucional com a biopolítica do corpo social** busca estabelecer uma relação entre a utopia constitucional da proposta do Sistema Único de Saúde, frente à realidade contemporânea da saúde sob uma ótica biopolítica de controle de corpos por parte do Estado, em especial pelo Estado neoliberal.

A edição 40(1) também conta com uma resenha da obra **A infocracia e a degeneração da democracia de Byung-Chul Han** publicada em 2022.

Boa leitura!

Júlia Klehm Fermino
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)

Rafael Lazzarotto Simioni
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)

SUMÁRIO / CONTENTS

Editorial	III
A crítica hermenêutica ao positivismo: uma análise do caso Francischini.....	1
<i>The hermeneutic criticism of positivism: an analysis of the Francischini case.</i> Têmis Limberger • Juliana Paganini	
A mudança de paradigma do direito tributário frente à influência da OCDE: impactos da era digital.....	23
<i>The paradigm shift of brazilian tax law in light of the influence of the OECD: impacts of the digital era .</i> Carlos Renato Cunha • Guilherme Martelli Moreira	
Democracia, subjetividade política e eleições na reflexão filosófica de Slavoj Žižek.....	41
<i>Democracy, political subjectivity and elections in the philosophical reflection of Slavoj Žižek.</i> Marcus Vinícius Quessada Apolinário Filho • Gérson Pereira Filho	
Hermenêutica constitucional e omissões normativas	57
<i>Constitutional hermeneutics and normative omissions</i> Gabriel Bezerra Feitosa • Martônio Mont’Alverne Barreto Lima	
(In)aplicabilidade do princípio da função social ao contrato de Trabalho: uma perspectiva a partir da doutrina e da jurisprudência.....	73
<i>(In)applicability of the principle of social function to the Employment contract: a perspective based on doctrine and Jurisprudence</i> Victor Hugo de Almeida • Kaique Souza Pedaes • Laura Emelianne Noronha Pin	
Intervenção do Estado no domínio econômico: relato histórico sobre o preço mínimo do café no Brasil.....	93
<i>State intervention in the economic domain: historical account of the minimum price of coffee in Brazil.</i> Janaina de Alvarenga Silva Carvalho • Giovani Clark	
Justiça restaurativa e o papel do Estado.....	112
<i>Restorative justice and the role of the state</i> Monica P Dias • Raimundo Pontes Filho • Fabiola de Carvalho	
Legal pragmatism as a guide to new perspectives on the application of law.....	129
<i>El pragmatismo jurídico como guía para nuevas perspectivas de aplicación del derecho</i> Alvaro de Azevedo Gonzaga • Felipe Labruna • Cassiano Mazon	
Legislation’s permissiveness and the creation of brazilian political parties (1979-2018)	145
<i>Legislação permissiva e a criação de partidos políticos no Brasil (1979-2018)</i> Cristiana Maglia	

Machismo estrutural no judiciário brasileiro: uma análise crítica sobre a violação de direitos de mulheres perante demandas judiciais em que são vítimas de crimes.....	167
<i>Structural machismo in the brazilian judiciary: a critical analysis of the violation of women's rights in the face of judicial demands in which they are victims of crimes</i> Tássia Aparecida Gervasoni • Júlia Perin Fontanella	
Moradia vs. Propriedade: a ADPF 828/DF e a proteção contramajoritária em tempos de pandemia à luz da proporcionalidade.....	193
<i>Dwelling vs. Property: ADPF 828/DF and the countermajoritarian protection in the pandemic based on proportionality</i> Mônia Clarissa Hennig Leal • Lucas Moreschi Paulo	
“Nosso Norte é o nosso Sul”: o constitucionalismo latino-americano a partir do pensamento decolonial.....	213
<i>“Our north is our south”: latin american constitutionalism based on decolonial thinking</i> Paula Regina Benassuly Arruda • Ian Pimentel Gameiro • Arthur de Oliveira Souza	
O fundamento do sistema jurídico a partir da retórica da imanência.....	235
<i>The foundation of the legal system from the rhetoric of immanence</i> Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo • João Maurício Adeodato	
O liberalismo político e o direito das famílias.....	251
<i>Political liberalism and family law</i> Luã Nogueira Jung • Ana Beatriz Lopes Barbosa	
Planejamento urbano e áreas de risco: conceitos e abordagens legais em Minas Gerais.....	268
<i>Urban planning and risk areas: legal concepts and approaches in Minas Gerais</i> Aline Pereira Leite Nunes • Antônio Maria Claret Gouveia • Paulo Henrique Camargos Firme • Kerley dos Santos Alves	
Saúde pública no Brasil: inconformidade do SUS constitucional com a biopolítica do corpo social.....	285
<i>Public health in Brazil: inconformity of the constitutional SUS with the biopolitics of the social corporation</i> Janaína Machado Sturza • Laís Betinelli Pasqualoto	
A infocracia e a degeneração da democracia Byung-Chul Han.....	300
<i>Infocracy and the degeneration of democracy</i> Guilherme Howes Neto • João Gabriel Dornelles Howes	